



PERCEPÇÕES SOBRE O ESTÁGIO NAS DCN PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E NAS DCN PARA O CURSO DE PEDAGOGIA

ALVES FIORIN, Bruna Pereira¹; MANCKEL, Maria Cecília Martins²;
FERREIRA, Liliana Soares³

Resumo

Este trabalho apresenta a sistematização de uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo discutir e problematizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação dos Professores e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, principalmente no que se refere ao estágio e aos elementos que organizam o trabalho como professor. Observou-se que quando se discute os cursos de licenciatura surgem como focos de discussão, geralmente, o distanciamento entre teoria e prática e os espaços para vivenciar e discutir o trabalho realizado na escola. Além disso, foi possível perceber, com esta pesquisa, a necessidade de se problematizar constantemente o estágio, espaço da vivência inicial como professor na escola, e suas influências para o efetivo trabalho como professor.

Palavras-Chave: Diretrizes Curriculares. Estágio. Professores. Trabalho.

Introdução

Considera-se que o conhecimento pedagógico referente ao trabalho do professor se constitui, dentre outros fatores, a partir do que é vivenciado no contexto escolar, das experiências na sala de aula e da relação professor-estudante. Contudo, a construção do conhecimento pedagógico por parte do professor, em relação ao seu trabalho, deve ter início no seu processo de "formação inicial", pois se acredita que o trabalho desenvolvido pelos professores na sala de aula será

¹ Apresentadora; Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). brualves_22@yahoo.com.br

² Acadêmica do Curso de Pedagogia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSM. fazerhistoria@yahoo.com.br

³ Orientadora; Doutora em Educação; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSM. anailiferreira@yahoo.com.br



baseado nos conhecimentos produzidos durante toda a sua vivência profissional, incluindo o que se produziu durante a licenciatura. Dentro desta perspectiva, a formação de professores ou os cursos de licenciatura ainda são muito discutidos, até mesmo porque os modos de fazer e pensar do futuro professor são reflexos das atividades desenvolvidas durante seu percurso acadêmico e também das experiências dos estágios, principalmente na regência, momento em que o acadêmico tem seu contato direto com a sala de aula.

Acredita-se na educação como um processo contínuo, que não se esgota com a graduação, que se dá por meio de discussões, pesquisa e estudos seguindo as exigências da dinâmica educacional. Os discursos sobre os objetivos dos cursos de licenciatura concentram-se no que se deve oferecer ao estudante para que possam desenvolver atividades que corroborem para a realidade na qual estão inseridos. Esses discursos não são recentes e, no decorrer dos anos, continuam a apontar problemas que, em sua maioria, ainda estão longe de serem resolvidos. As lacunas mais destacadas quando se discute sobre os cursos de licenciatura são referentes ao distanciamento entre teoria e prática, sobre os espaços para vivenciar e discutir o trabalho realizado na escola, dentre outras. Contudo, nos documentos analisados percebe-se a predominância da indissociabilidade entre teoria e prática, considerada práxis, representativa do fazer-pensar-refazer, declarada como sendo a forma com que o conteúdo aprendido tenha um sentido maior e mais abrangente, objetivando a mudança da realidade.

Desta forma, torna-se *mister* fazer com que as experiências iniciais possibilitem a reflexão sobre as diversas teorias e sua aplicabilidade na sala de aula, em que o futuro professor passa a procurar novas formas de trabalhar e de se posicionar no espaço escolar, busca dar novos sentidos para o seu trabalho e contribuir para a transformação do espaço no qual está inserido, a escola, no nível individual e coletivo.

Considerando esse contexto e visando a compreender melhor esse processo de "formação inicial" dos professores, acredita-se ser importante problematizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação dos Professores e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, principalmente no que se refere ao estágio e aos elementos que organizarão o trabalho como professor. Importante destacar que de acordo com a Lei do Estágio, nº11.788 de 25 de setembro de 2008, no Art.



1º, o estágio é apresentado como “[...] o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior [...]” (BRASIL, 2008, p. 01). No Inciso 1º do Art. 1º, o estágio faz parte do projeto pedagógico dos cursos (profissionalizantes de nível técnico; cursos de graduação, entre outros), além de integrar o itinerário formativo do educando.

Anterior a Lei do Estágio, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores (2002) são um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino. É instituído, neste documento, o que deve visar à organização curricular de cada instituição e o que se deve considerar na formação de professores, evidenciando o processo de aprendizagem dos futuros professores orientada pela ação-reflexão-ação, a construção do projeto pedagógico do curso, e a interação escola/universidade na realização de estágios. Contudo, o primeiro contato do acadêmico do curso de licenciatura com o ensino é na sala de aula do próprio curso, em que o conteúdo é apresentado e utilizado como elemento para a produção do conhecimento. O processo de “preparação” do futuro professor vai ter continuidade no estágio, em que ele será estimulado a desenvolver seu trabalho buscando contribuir para a realidade da escola e da turma na qual ele está inserido.

Podemos dizer que somos hoje o que somos porque nos constituímos a partir das ações que empreendemos, fruto de nossas reflexões, questionamentos e desafios sobre nós mesmos e das incorporações que fazemos a partir das interações que estabelecemos com o mundo em um processo permanente de avaliação. Quanto mais dialógico for esse processo, mais consciência temos dele, provocando, portanto, mudanças, transformações em nossas vidas, nos constituindo como sujeitos individuais e sociais (LOCH, 2000, p. 30).

Compreende-se que as políticas que legitimam os cursos de licenciatura são documentos importantes para o reconhecimento do trabalho pedagógico e das atividades que os acadêmicos necessitam vivenciar durante o curso. Acredita-se que as DCN para Formação de Professores é um documento importante na área da educação. Além disso, as Diretrizes posteriores a ela, como as DCN para o Curso de Pedagogia, devem estar em acordo com as DCN para Formação de Professores. Para tanto, faz-se necessário que esses documentos sejam analisados,



considerando o que se entende por estágio e a centralidade deste dentro dos cursos de licenciatura.

Considerando esta realidade, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, em que a coleta de dados ocorreu através de documentos para empreender uma análise, geralmente crítica (TOZONE-REIS, 2006), objetivando discutir as Diretrizes para Formação de Professores e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, principalmente no que se refere ao estágio e aos elementos que organizarão o trabalho como professor.

De acordo com Chizzotti,

Os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são "fenômenos" que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência. (CHIZZOTTI, 2009, p. 84)

Seguindo a organização apresentada, utilizou-se como base para esta pesquisa autores como Nogaro (2002) e Pimenta e Lima (2006), que auxiliam na compreensão acerca das discussões propostas, principalmente no que se refere ao estágio e ao trabalho efetivo como professor.

Revisão de Literatura

A busca por melhorias na educação, não só no Brasil, mas no mundo, tem seu marco em 1990, na Tailândia, onde foi assinado um documento no qual os países se comprometiam a fazer melhorias e diminuir o número de analfabetos no mundo. O Brasil, ao assinar o documento intitulado Declaração Mundial de Educação para Todos, compromete-se a mudar o perfil e dar um salto de qualidade na educação básica do país. Sabendo que na legislação sobre a educação no Brasil (LDB 9394/96) apresenta-se a educação básica compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, encontra-se aí um grande desafio, já que são várias as etapas de desenvolvimento e crescimento a que as políticas de estado e de governo terão que beneficiar.

De maneira dialética, é perceber que muito mais do que uma mudança de forma (estrutura) faz-se necessário uma mudança do interior das relações e no que



existe de mais complexo para o ser humano: sair de sua concha e abrir-se ao outro na sua totalidade.

A implantação de uma política educacional coerente exige um tratamento e reavaliação das posturas existentes no contexto educacional e das políticas atuais que orientam a organização do trabalho daqueles que já são e dos futuros professores. Sendo assim, quando se propõe a discutir questões relacionadas ao estágio e ao trabalho como professor, a análise dos documentos que embasam os cursos de licenciatura e direcionam o trabalho dos professores tornam-se, assim, indispensáveis.

Em uma primeira análise das DCN para Formação de Professores e das DCN para o Curso de Pedagogia foi possível perceber que há uma preocupação com a preparação do professor ou pedagogo para o seu trabalho. O estágio e as práticas escolares tem destaque e são constantemente problematizadas, pois entende-se que é através desses elementos atrelados à teoria que se tem a compreensão do efetivo trabalho desses profissionais .

A prática é evidenciada nas DCN para Formação de Professores como algo que deve ser constante durante o curso de graduação e, não, fragmentada ou isolada. A flexibilidade e a interdisciplinaridade são pontos importantes que, segundo as DCN para Formação de Professores, devem abranger a teoria e a prática, os conhecimentos, a autonomia intelectual e profissional. O Art. 14 apresenta em seu § 1º:

A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional (BRASIL, 2002, p. 06).

Além disso, o Art. 12 já destacava que:

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática (BRASIL, 2002, p. 05).



Percebe-se nos Artigos citados que a prática não deve acontecer somente no estágio, ela deve estar presente desde o início do curso, permeando todas as disciplinas, numa perspectiva interdisciplinar. Considera-se de extrema relevância o destacado nestes dois Artigos, pois é preciso considerar a prática ao longo do curso, associada à teoria, como práxis, para que, assim, o estudante possa compreender e vivenciar sua aprendizagem.

Segundo Nogaro (2002),

Há uma grande distância entre o que o aluno recebeu enquanto formação teórica, no curso de formação, e a prática que vai desenvolver. Observamos, mesmo empiricamente, entre outras coisas, que o aluno passa grande parte de seu tempo de formação recebendo uma quantidade enorme de informações a serem memorizadas, "aprendidas", mas que quase nunca chegam a lhe ser úteis, formativas para o exercício da docência e nem mesmo lhe permitem fundamentar uma análise mais crítica a aspectos do ensino. Não há uma reelaboração do conhecimento, este não é transformado em um componente que sustente a ação na prática. Depois de "aprender" por muito tempo, passa a sentir-se "vazio", quando mais precisa, porque não consegue perceber ou estabelecer a relação com aquilo com que se depara em sala de aula (NOGARO, 2002, p. 241).

O estágio e o trabalho posterior como professor é uma preocupação também das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, apesar destas diretrizes ampliarem o trabalho do pedagogo para outros espaços além da sala de aula.

O Curso de Pedagogia Licenciatura Plena tem como base a formação docente do pedagogo. O pedagogo será "apto" a trabalhar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e em demais áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, em espaços escolares e não-escolares. Como apresentado por Pimenta e Lima (2006), um curso de formação, por meio do estágio, estará dando conta do aspecto prático da profissão na medida em que possibilite a vivência de situações experimentais nas áreas consideradas, a priori, como necessárias ao bom desempenho docente.

A atividade docente citada nas DCN para o Curso de Pedagogia (2006) engloba: planejamento, organização e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação, projetos em espaços não-escolares e produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional. As DCN para o Curso de Pedagogia reforçam o exposto nas DCN para Formação de Professores sobre o



estágio, afirmando que ele deve acontecer no decorrer do curso, possibilitando ao estudante ampliar e fortalecer conhecimentos e competências na Educação Infantil e anos iniciais, nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio (na modalidade Normal), na Educação Profissional (área de serviços e de apoio escolar), na EJA, em atividades de gestão de processos educativos, em reuniões de formação pedagógica. O Art. 8º apresenta:

Art. 8º [...] IV – estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiências de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) Na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) Nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- c) Na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) Na Educação de Jovens e Adultos;
- e) Na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) Em reuniões de formação pedagógica (BRASIL, 2006).

Apesar do foco inicial na docência, percebe-se que as DCN para o Curso de Pedagogia tem a preocupação em ampliar a área de trabalho do pedagogo, indo além da Educação Infantil e anos iniciais, passando pela EJA e magistério, incluindo processos de gestão.

Como se pode perceber no Artigo 8º, o estágio precisa compreender mais de um espaço, para que, assim, contemple a formação do pedagogo. Porém, é importante lembrar que a mesma DCN permite que os Cursos de Pedagogia, em seus Projetos Pedagógicos, optem por realizar estágios em outros espaços ou somente na Educação Infantil e anos iniciais.

Com base no Art. 8º percebe-se que o curso deverá proporcionar conhecimentos e práticas variados, não restringindo o acadêmico a ir à escola somente em seu estágio, mas proporcionando um encontro entre escola e estudante durante o curso, em distintos momentos.

Pimenta e Lima (2006) apresentam que

[...] o estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio



se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 06).

De acordo com as autoras, o estágio não acontece somente na escola, mas na interação entre os cursos de graduação e o espaço escolar, em um constante debate acerca das práticas educativas e do trabalho dos pedagogos.

Considerações Finais

Nesta pesquisa buscou-se discutir as Diretrizes para Formação de Professores e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, principalmente no que se referia ao estágio e aos elementos que organizam o trabalho como professor. Foi possível perceber, a partir das análises, que há uma preocupação com a preparação do professor ou pedagogo para o seu trabalho e quanto ao estágio como preparação deste profissional.

Além disso, ao problematizar as DCN para Formação de Professores e as DCN para o Curso de Pedagogia observou-se que é preciso considerar a prática ao longo do curso, associada à teoria, como práxis e, não, em um momento isolado no último semestre, para que, assim, o estudante possa compreender e vivenciar sua aprendizagem.

A implantação de uma política educacional coerente exige um tratamento e reavaliação das posturas existentes no contexto educacional e das políticas atuais que orientam a organização do trabalho daqueles que já são e dos futuros professores. Sendo assim, quando se propõe a discutir questões relacionadas ao estágio e ao trabalho como professor, a análise dos documentos que embasam os cursos de licenciatura e direcionam o trabalho dos professores tornam-se, assim, indispensáveis.

Referências

BRASIL. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. **Ministério da Educação**, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: fev. 2012.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena.



Ministério da Educação, 2002. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: mar. 2012.

BRASIL. Lei Nº 11.788. Ministério da Educação, Set. 2008. Disponível em:
http://planalto.gov.br/ccivil_03/aAto2007-2010/2008/Lei/Lt11788.htm. Acesso em:
mar. 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ªed, São Paulo:
Cortez, 2006.

LOCH, J. M. de P. Avaliação: Uma perspectiva emancipatória. In: **Química Nova na Escola**, nº 12, novembro de 2000.

NOGARO, A. **Teorias e Saberes Docentes**: a formação de professores na Escola Normal e no Curso de Pedagogia. Erechim: EdiFAPES, 2002.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis** - Volume 3, Números 3 e 4, p. 5-24, 2005/2006.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2006.